



**MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS**  
**VOLUME III**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**PORTARIA 757/2009**

**SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES**

**1 ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Foi explicitada a diferença entre as metodologias de verificação de cumprimento dos limites daquela referente à autorização de novas contrações de operações de crédito. Para fins de verificação de cumprimento dos limites considera-se o valor dos recursos que efetivamente ingressaram nos cofres públicos e, para as operações que não demandam registro de receita orçamentária, seus valores são considerados no momento em que passa a existir a obrigação financeira delas decorrentes. Para fins de autorização de pleitos, no entanto, são analisados o cronograma anual de ingressos de cada operação e as projeções da receita corrente líquida do ente pleiteante, com fins de garantir que, uma vez contratada a operação, o ente não ultrapassará os limites estabelecidos pelo Senado Federal. O manual aprovado pela Portaria 462/2009 da Secretaria do Tesouro Nacional não fazia tal distinção, considerando a metodologia de autorização de pleitos também para fins de apuração do cumprimento dos limites.

Em consonância com o disposto acima, foi alterada a nomenclatura da coluna “VALOR CONTRATUALMENTE PREVISTO” para “VALOR REALIZADO” e excluída a coluna “VALOR EXECUTADO ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA”.

Foram atualizadas as disposições do manual que dizem respeito à limitação do comprometimento com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, em conformidade com a nova redação do Art. 7º, § 4º, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal (nova redação dada pela RSF nº 36, publicada em novembro de 2009).

Foi inserida uma linha onde devem ser registradas as operações realizadas com amparo no art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN, em conformidade com o inc. III, § 3º, art. 7º, da RSF nº 43/2001 (incluído pela RSF nº 29/2009).

Em virtude da nova redação do § 2º, do art. 7º da RSF nº 48/2007 (dada pela RSF nº 41/2009), a linha “REFINANCIAMENTO DO PRINCIPAL DE DÍVIDAS” foi substituída pelas linhas “AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DO PRINCIPAL DE DÍVIDAS (IV)” e “OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZÍDAS DO LIMITE(V)”.